

Nos transportes, novo plano até 2023

Propostas, a um custo de R\$ 10 bi anuais, serão entregues a Lula mês que vem

Regina Alvarez

• **BRASÍLIA.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá em sua mesa de trabalho, ainda em dezembro, o Plano Nacional de Logística de Transportes, com propostas para os investimentos do país na área até 2023. O planejamento de longo prazo deverá orientar todos os projetos de infra-estrutura de transportes durante o segundo mandato. Mas, para que seja viabilizado em sua plenitude, o plano depende da liberação de, no mínimo, R\$ 10 bilhões por ano em recursos do Orçamento da União.

Na proposta orçamentária de 2007, estão previstos R\$ 6,3 bilhões para a infra-estrutura de transportes, e o governo ainda estuda como ampliar esses investimentos. O Plano de Logística de Transportes vai propor um conjunto de projetos necessários para adequar a infra-estrutura a um cenário de crescimento sustentado,

além de apresentar um leque de opções de financiamento desses projetos. Neles se inclui a participação da iniciativa privada, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e outros instrumentos.

Lula está determinado a viabilizar um crescimento anual da economia de 5% no segundo mandato. Mas esse objetivo esbarra na precariedade da infra-estrutura. O Plano Nacional de Logística de Transportes, que deve ser apresentado em 19 de dezembro, traz um diagnóstico completo sobre as condições de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias do país, com cenários para os próximos 17 anos e investimentos necessários.

O plano está sendo montado a partir de consultas a representantes dos 27 estados e conta com a colaboração de especialistas, acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP) e do Centro de Excelência de Engenharia de Transportes do Exército, além de entidades ligadas a

essa área. A idéia é utilizar o plano na elaboração dos próximos Planos Plurianuais de Investimentos (PPAs) e na orientação da liberação de recursos, por exemplo, do BNDES.

Ampliação de gastos pode afetar superávit primário

Além das obras já incluídas no Orçamento de 2007 e no PPA 2004/2007, o plano de longo prazo vai propor novos projetos a partir dos estudos de demanda nos estados. Um exemplo da interação entre necessidade regional e plano de investimentos federal é a Ferrovia Litorânea Sul, projetada para ligar três portos catarinenses: São Francisco, Itajaí e Imbituba.

Entre os projetos de médio e longo prazos está a expansão do Porto de Santos para a área de Barnabé/Bagres, que teria capacidade de escoar 120 milhões de toneladas por ano.

O desafio é abrir espaço no Orçamento da União para bancar os investimentos públicos

necessários para resolver os gargalos da infra-estrutura. O Plano-Piloto de Investimentos (PPI) — descontado no cálculo do superávit primário — prevê R\$ 4,1 bilhões para a área de infra-estrutura de transportes em 2007, o equivalente a 0,18% do PIB. No total, o PPI soma R\$ 4,6 bilhões em investimentos federais, e o governo estuda ampliá-lo para até 0,5% do PIB — ou R\$ 11,5 bilhões.

Entretanto, se ampliado nessas proporções, a curto prazo o PPI acabará afetando a economia para pagamento dos juros da dívida (o superávit primário), o que seria um péssimo sinalizador para os agentes econômicos em relação às contas públicas. A alternativa em discussão na área econômica é conter outros gastos do governo.

Mas isso não será fácil, já que o Orçamento de 2007 está bastante comprometido com as despesas de pessoal e custeio contratadas no ano eleitoral. ■